

A CONGREGAÇÃO DO SANTÍSSIMO REDENTOR EM GOIÁS (1894-1925)*

Andréia Márcia de Castro Galvão**



Resumo: as mudanças legislativas do final do século XIX alteraram o status quo da Igreja Católica, levando-a a desenvolver novas estratégias de ação a fim de defender seu espaço junto à comunidade. Devido a séculos de padroado, a religiosidade brasileira tornara-se uma mescla de práticas medievais e mágicas com características portuguesas, africanas e indígenas. O combate a essas práticas foi intensificado com a implementação do ultramontanismo, que buscava centralizar e verticalizar o poder clerical, diminuir o poder das irmandades leigas, sacralizar os locais de culto, dentre outras. Partindo dessas premissas, esse artigo analisa a vinda de religiosos católicos europeus para Goiás, nomeadamente da Congregação do Santíssimo Redentor – redentoristas –, como parte importante do projeto ultramontano. Esses religiosos reforçaram o clero (então diminuto), contribuíram na propagação da fé com missões, giros paroquiais e desobrigas, criaram um jornal religioso e ainda ajudaram no controle da principal festa religiosa do estado.

Palavras-chave: Igreja Católica. Ultramontanismo. Congregação do Santíssimo Redentor. Goiás. Padroado.

THE CONGREGATION OF THE HOLY REDEEMER IN GOIÁS (1894-1925)

Abstract: *the legislative changes of the late nineteenth century has altered the status quo of the Catholic Church, leading it to develop new strategies of action in order to defend its space with the community. Due to centuries of patronage, Brazilian religiosity had become a mixture of medieval and magical practices with Portuguese, African and indigenous*

* Recebido em: 27.11.2017. Aprovado em: 21.03.2018.

** Este texto é parte da dissertação de mestrado intitulada Um Remédio para a Alma: o risível em Goiás no jornal Santuario da Trindade (1922-1931), apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades (UEG), área de concentração: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado. Ano de defesa: 2015. A pesquisa contou com o apoio financeiro da CAPES.

*** Doutoranda em Modernidades Comparadas: Literaturas, Artes e Culturas na Universidade do Minho. Mestra em Ciências Sociais e Humanidades (2015) pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado da Universidade Estadual de Goiás. Graduada em História (2011) pela mesma instituição. E-mail: oidegas@gmail.com



characteristics. The fight against these practices was intensified with the implementation of ultramontanism, which sought to centralize and verticalize clerical power, to reduce the power of lay brotherhoods, to sacralize places of worship, among others. Based on these premises, this article analyzes the coming of European Catholic religious to Goiás, namely the Congregation of the Holy Redeemer – Redemptorists – as an important part of the ultramontane project. These religious strengthened the clergy (then scanty), contributed to the spread of the faith with missions, parochial circuit and disengagement, created a religious newspaper and also helped control the main religious celebration of the state.

Keywords: Catholic Church. Ultramontanism. Congregation of the Holy Redeemer. Goiás. Patronage.

As mudanças na legislação brasileira, ocorridas no final do século XIX, afetaram, direta ou indiretamente, todas as esferas sociais do país, posto que instituíram importantes rupturas políticas, econômicas, religiosas e culturais com o passado imperial. Particularmente relevante para esse trabalho são o Decreto 119A do Governo Provisório de 1890 e a promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891. Assim, o fim do sistema de padroado régio, gerado pela separação dos poderes temporal e espiritual, e a promulgação do Estado laico, garantido pela nova constituição, abalaram o *status quo* da Igreja Católica, compelindo-a a rever suas estratégias de ação a fim de tentar manter sua influência na sociedade. Até então, como afirma Silva (2009, p. 76), ela havia sido “responsável por celebrar desde o nascimento até o falecimento” da população brasileira.

É inegável que a separação institucionalizada entre o Estado e a Igreja indicou, em termos simbólicos e práticos, uma realidade nova no Brasil, afinal, além de tudo, possibilitou que outras denominações religiosas e seculares pudessem manifestar-se livremente¹ (ou quase) pelo país. Contudo, deve-se também ter em mente que essa separação não ocorreu em termos absolutos, uma vez que a maioria da população e, em certa medida, o aparelho do Estado, permaneceram com os hábitos religiosos do catolicismo.

Também os artigos do Decreto 119A anunciaram importantes mudanças na relação do Estado com as religiões. Além da liberdade de professar religiosidades outras, de forma individual ou coletivamente, ficou instituída a perda do suporte material e financeiro dispensado à Igreja Católica, que, a partir de então, viu-se obrigada a prover seus próprios recursos – fato que possibilitou tanto à igreja romana quanto às outras denominações religiosas, adquirir e administrar bens próprios – e, ainda, a extinção do padroado régio.

No regime do padroado, a religiosidade brasileira se configurava “somente” como mais um dos assuntos do Estado e era, durante os períodos colonial e imperial, administrada pela Coroa Portuguesa e coordenada, muitas vezes, por irmandades leigas “auxiliadas” pelo clero. Santos (1976, p. 88) anuncia que ao poder civil cabia indicar os bispos para as dioceses e a atuação das ordens religiosas, formar o clero nos seminários, administrar os bens materiais da Igreja, determinar suas circunscrições e cobrar dízimos, ele possuía “até o direito de censura sobre documentos episcopais e mesmo pontifícios”. Ao longo dos séculos, de acordo com Santos (2006), o padroado foi moldando tanto o clero quanto os leigos brasileiros. O período é definido pela presença de um catolicismo mais leigo do que clerical, marcado pela comunhão de práticas religiosas medievais e mágicas, com características portuguesas, indígenas e africanas. Os clérigos possuíam pouca formação e disciplina religiosas, eram permissivos e geralmente não seguiam o celibato, além de se ocuparem de assuntos mundanos.

Essa religiosidade brasileira estava em desacordo com um movimento da Igreja Católica que vinha ganhando força desde a segunda metade do século XIX, denominado de ultramontanismo. Este, pregava a centralização e verticalização do poder clerical: papa → bispos → clero, para uma maior eficácia junto à comunidade leiga. Nas palavras de Silva (2000), o ultramontanismo buscava

retomar as determinações tridentinas, sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos organizados. As principais ações foram junto aos seminários [...] a partir da melhora e ampliação da formação do clero brasilei-



ro, do incentivo à vinda de ordens estrangeiras para suprir as carências nacionais bem como de iniciativas para conseguir mais fundos, uma vez que, com a separação do Estado, muitas doações públicas deixaram de ser feitas (SILVA, 2000, p. 72).

Esta linha religiosa fora coroada pelo Concílio Vaticano I (1869-1870), embora já tivesse sido anunciada pelo papa Pio IX em 1864 através da encíclica *Quanta Cura* e do compêndio *Syllabus*. E, além da infalibilidade papal, esses documentos instituíam ainda o combate às ideias liberais de influência francesa, que vinham afetando a ordem existente e propondo uma nova ordem, indesejada pela Igreja Católica posto que percebida como “moderna” em seus aspectos políticos, econômicos e sociais (SILVA, 2009). As disputas entre essas duas frentes contrárias, a liberal e a religiosa, marcaram fortemente o país, sobretudo na virada do século XIX e primeiras décadas do XX. Nesse sentido, pode-se dizer que a aprovação das diversas leis neste período foi resultado da influência do pensamento liberal dos membros de alguns partidos políticos, nomeadamente daqueles ligados à maçonaria, que desde meados da década de 1870 vinha questionando a hegemonia da Igreja Católica.

TRINDADE E O CHAMADO DOS REDENTORISTAS A GOIÁS

Em Goiás, os bispados que “efetivamente introduziram determinações ultramontanas” (SANTOS, 2006, p. 10-1) foram aqueles de Dom Cláudio José Ponce de Leão (1881-1890) e de Dom Eduardo Duarte da Silva² (1891-1907), embora esses prelados tenham vivenciado uma conjuntura vigorosamente desfavorável, sobretudo no que diz respeito à manutenção das práticas religiosas tradicionais de então. O bispado de Dom Eduardo, em particular, foi dos mais conturbados devido a vários fatores: clero exíguo e despreparado, problemas econômicos, religiosidade popular arraigada, intensa oposição por parte das irmandades leigas, embates com grupos políticos de linha liberal e maçônica na capital da Província que, à época, era também a sede da diocese, dentre outros.

A inexistência de um clero numeroso³ e organizado constituía-se num grave problema para o sucesso da ação ultramontana em Goiás e, nesse sentido, a vinda das missões religiosas europeias tornava-se indispensável. O intento era que esses religiosos reforçassem os recursos humanos, ajudassem a operacionalizar as missões, desobrigas e giros paroquiais: práticas importantíssimas num estado fortemente agrário, com regiões ainda bastante isoladas e uma população majoritariamente iletrada, pobre e marcada pelo catolicismo popular. Assim, a vinda da Congregação do Santíssimo Redentor⁴ para Goiás ocorreu consoante o mencionado projeto ultramontano, com a particularidade de estar diretamente ligada à Romaria de Trindade, como se verá a seguir.

A Romaria de Trindade⁵, à época arraial Barro Preto, teve início quando a localidade era ainda ligada a Campinas – ou Campininhas das Flores, como era também conhecida. Uma das histórias⁶ que se conta sobre o início desta romaria e a conseqüente formação do arraial é que o mesmo teve origem no local onde o camponês Constantino Xavier Maria teria encontrado uma medalha de barro com a figura da Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria. Sobre a origem da imagem o jornal *Santuário da Trindade*⁷ traz, no entanto, uma versão um pouco diversa. Uma matéria assinada por certo W., assinala que Constantino “como todo mineiro da gemma trouxe da sua terra o ‘Santo’ da sua devoção. Era mais verônica do que imagem representando as tres pessoas da Santissima Trindade coroando Nossa Senhora Maria Santissima” (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1924, n. 65, p. 2)⁸. Essa versão narra, pois, que a imagem teria sido trazida de Minas Gerais (estado de origem de Constantino) e não encontrada “acidentalmente”.

Para a população devota, contudo, a inexistência de uma versão definitiva sobre a origem da imagem foi irrelevante, mesmo se, mais tarde, a versão que se “oficializou” foi a da medalha encontrada em solo goiano. Com o tempo, a fama da medalha representando a coroação se espalhou e um sempre crescente afluxo de pessoas passou a dirigir-se ao local, inicialmente para rezar o terço junto à imagem e, depois, para a devoção na pequena capela erguida por Constantino em louvor ao Divino Padre Eterno. Os anos da construção da primeira capela e o início das romarias resultam também em datas incertas segundo os diversos documentos analisados por Santos (1976), mas deu-se, muito possivelmente, entre 1840 e 1850. A partir daí, a romaria de Barro Preto – povoado que contava à



época apenas com uma dezena de casas – passou a movimentar as estradas esburacadas de Goiás, recebendo um sempre maior número de fiéis em peregrinação⁹.

Os interesses e as contendas em torno dessa romaria deram “pano pra manga” às autoridades eclesiais. O maior problema deveu-se ao confronto entre o catolicismo ultramontano – tridentino, clerical e moralizante – e o catolicismo popular – lusitano, leigo, medieval e familiar, como anuncia Deus (2001, p. 172). Entretanto, não somente os controles político e teológico eram desejados, mas também aquele econômico¹⁰, e essas variadas pretensões geraram acirradas disputas na diocese goiana no final do século XIX e início do XX.

Vale relembrar que, com o fim do regime de padroado e a proclamação da República, a Igreja Católica passara a viver um período bastante delicado, tanto no que diz respeito à “invasão” de outras manifestações religiosas, agora possível graças ao princípio de laicidade garantido pela Constituição Federal de 1891, quanto pela necessidade de gerar sua própria receita. A sempre crescente concorrência religiosa levava a Igreja a pisar em campo minado, afinal, era necessário incentivar as manifestações de religiosidade católica, mesmo que populares e espontâneas como as festas, folias e romarias mas, ao mesmo tempo, conter os excessos de espontaneidade não condizentes com o pensamento católico ultramontano. Em suma, o controle de uma festa tão concorrida como aquela de Barro Preto era de extrema importância para a administração da diocese.

A romaria de Barro Preto fora até 1894 administrada por leigos em irmandades. Os padres, como assinalado anteriormente, eram em número escasso¹¹ e vinham somente como convidados para as celebrações, geralmente organizadas por um festeiro da comunidade. A preocupação com o controle das romarias e o grande poder das irmandades leigas levou Dom Eduardo à Europa, a fim de angariar padres para a diocese¹². Como anuncia em sua autobiografia, o propósito explícito do projeto¹³ era: “entregar os santuários da diocese a ordens religiosas, a fim de se cristianizarem as romarias” (SILVA, 2007, p. 125). O bispo se dirigiu a Roma e de “convento em convento”, após muitos insucessos, conseguiu, junto à Congregação do Santíssimo Redentor, alguns sacerdotes da Alemanha¹⁴.

Dom Eduardo narra que partiu para a região da Baviera com o intuito de acertar os últimos detalhes sobre a viagem a Goiás, sendo recebido na estação pelo padre Gebardo Wiggermann, designado como Superior da missão. Detalhe interessante é que muitos membros redentoristas que empreenderam a longa viagem ao Brasil nunca haviam saído de seu país de origem e nenhum deles falava a língua portuguesa. Salvo alguma exceção os religiosos dominavam “somente” a língua-mater e o latim. E, nesse sentido, as barreiras linguísticas e as diferenças culturais constituíram um entrave inicial na interação entre esses missionários e a comunidade brasileira, nem sempre superadas pelos membros religiosos mais velhos (Pe. LORENA, 2004).

A primeira leva de missionários redentoristas com destino a Goiás chegou com D. Eduardo em 1894 e dividiu-se entre Goiás e São Paulo. Sobre a divisão do grupo alemão, o bispo desabafa: “mais uma vez verificou-se o que disse Virgílio: ‘quos ego feci, tulit alter honores’” (SILVA, 2007, p. 140), ou seja, “Do que eu fiz, outro levou as honras”. Dom Eduardo conta que, a pedido do bispo de São Paulo, Dom Joaquim Arcoverde, o cardeal Rampola havia cedido metade dos missionários, angariados com tanta dificuldade na Europa, para se encarregarem do Santuário de Aparecida.

Sobre esse assunto, Câmara Neto (2006, p. 169) analisa, entretanto, que em 9 de maio de 1894, D. Arcoverde (à época coadjutor de São Paulo) se dirige a Roma para, dentre outros motivos, obter religiosos para a diocese paulista. Em 6 de agosto vai a Paris e de lá envia uma correspondência ao Superior Geral dos Redentoristas tratando da vinda de alguns missionários para Aparecida. Porém, com a morte do bispo titular, D. Arcoverde foi obrigado a retornar às pressas ao Brasil para assumir a diocese, em 30 de setembro de 1894. Sobre as prévias tratativas de D. Arcoverde com os superiores redentoristas a fim de conseguir missionários para São Paulo, Dom Eduardo não menciona nenhuma palavra. Desconheceria o bispo goiano essas negociações?

Em sua biografia D. Eduardo não esclarece quais os missionários bávaros vieram para Goiás na primeira leva. Contudo, por meio de uma correspondência de 1894 relevou-se as nomeações do P. Geral para Goiás: “P. Wiggermann, como superior e visitador, P. Spaeth e Siebler e fr. Hubbauer [...] Dos irmãos, os frates [sic] Norberto, Gebardo, Ulrico e Floriano podem ir para Goiás”¹⁵. Chegados ao estado goiano, esses religiosos se fixaram em Campininhas das Flores, por ser um local de clima mais



ameno que o de Barro Preto ou talvez, também, para evitar atritos com esta comunidade.

Por meio da obra *Aqueles que nos precederam, falecidos da província de São Paulo* escrita por Pe. Lorena (2004) foi possível perceber a grande heterogeneidade do grupo redentorista que veio a Goiás em 1894. Eis alguns dados: o Superior Gebardo Wiggermann¹⁶ (50 anos) foi o fundador e primeiro Superior da Vice Província. Ele transferiu a sede em junho de 1895 para Aparecida onde passou a desempenhar diversas funções; Padre João da Mata Spaeth (63 anos), não conseguiu adaptar-se em Campinas e logo foi transferido a Aparecida (SP), não aprendeu o português e, sendo surdo, realizava somente batizados e distribuía a comunhão; Pe. Miguel Siebler¹⁷; Irmão Norberto, nome de batismo Miguel Wagenlehner (37 anos), desempenhou a função de cozinheiro, não aprendeu o português; Irmão Floriano, nome de batismo Vicente Grilhisl (22 anos), resolvia “todos os assuntos”, aprendeu rapidamente o português, foi ordenado sacerdote em 1900 e escolhido por Dom Prudêncio como acompanhante em suas viagens; Irmão Gebardo Konzet (39 anos), marceneiro, também não aprendeu o português; Irmão Ulrico, nome de batismo José Kammermeier, (não consta a data de nascimento), era “faz tudo” no seminário e, por fim, Lourenço Hubbauer (22 anos) que fora designado inicialmente para Campininhas, ocupando depois os cargos de Superior e vigário na Penha; como mestre de noviços, formou os primeiros padres no colégio Santo Afonso; preocupou-se com a catequização dos japoneses no Brasil, aprendeu a língua japonesa e trabalhou em fazendas com os mesmos. Destacou-se como homem culto e de virtudes, austero, rigoroso, incansável pregador de retiros e zeloso dos doentes.

Dom Eduardo assinala que, graças ao controle dos membros redentoristas, as celebrações da romaria de Barro Preto tinham sofrido grandes mudanças benéficas. Afirma que os padres haviam conseguido cristianizar as festas por meio de prédicas, abnegações e um estilo de vida irrepreensível. As práticas e demonstrações populares de fé e devoção, antes carregadas de superstições, vícios e estranhos costumes, contrariando a fé e a moral cristã, haviam se transformado, segundo o bispo, em manifestações de piedade, louvor e adoração a Deus, com grande participação popular nas confissões e comunhões¹⁸. Essas práticas diziam respeito, dentre outras, ao pagamento de promessas na forma de ex-votos ou, ainda, pedidos das/os fiéis em desacordo com a moral da Igreja Católica, como as separações de casais, adultérios ou vinganças (SILVA, 2007, p. 165-6). Essas manifestações, tão criticadas por D. Eduardo, chocavam-se frontalmente com as tentativas de sacralização dos locais de culto e disciplinarização das práticas da religiosidade popular, pretendidas pela corrente ultramontana.

Determinada conjuntura política, e também religiosa, compeliu Dom Eduardo a transferir a sede diocesana da capital do estado a Uberaba, em 1896. Mesmo após a transferência, fortes desavenças ocorreram na diocese, como o caso de Barro Preto, cujo santuário ficou interdito por ordem do bispo de 1901 a 1903. Neste período ocorreram duas festas em cidades distintas¹⁹, uma em louvor ao Divino Padre Eterno em Barro Preto, levada adiante pela irmandade local, e outra à Santíssima Trindade em Campininhas, coordenada pelos religiosos redentoristas²⁰. Os motivos da contenda foram diversos, dentre eles, a briga pelos patrimônios religiosos, as mudanças moralizadoras pretendidas pelo bispo e a disputa pelo controle da romaria, na qual religiosos e irmandade leiga não se entendiam sobre a data de realização da festa, a exteriorização religiosa (oficial *versus* popular) e a administração do cofre.

Os desentendimentos foram de tal monta, como assinala D. Eduardo, que o mesmo e seus companheiros religiosos temeram ser mortos nos conflitos de Barro Preto. Mas com o tempo, os ânimos foram se acalmando e em 1903 os “revoltosos” pediram perdão ao bispo, lamentando-se da ausência de padres no povoado, fato que gerou uma demanda pelos sacramentos, missas e pela palavra de Deus – mas também ocasionou a decadência do comércio e a desvalorização do preço das terras na região. Esse pedido de perdão foi intermediado pelos padres redentoristas que, por meio de um abaixo assinado, garantiram a sinceridade do pedido, como anuncia Santos (1976, p. 95).

Mesmo que este episódio tenha se concluído da melhor forma para o bispado, serviu a evidenciar a dificuldade em se instaurar uma relação pacífica entre Dom Eduardo e parte da população goiana, mais especificamente com as personalidades políticas e membros mais rebeldes das irmandades, que relutavam em aceitar as imposições e mudanças operadas pelo bispo e a perda do poder e prestígio em suas comunidades.

Em 1907, a nomeação de D. Eduardo para a recém-criada diocese de Uberaba colocou em cena Dom Prudêncio Gomes da Silva. Segundo Vaz (1997, p. 163), com a ascensão de Dom Prudêncio, a



diocese de Goiás “não tinha mais um ultramontano, monarquista e europeizado como bispo, e sim um bispo humilde, formado em seminário nacional, sem estudos no exterior”. Embora este bispado, de duração longa (1908 a 1922), tenha sido muito importante para o estado de Goiás, não lhe será dedicado muito espaço neste trabalho. Sobre ele, somente será ressaltado que, apesar das constantes dificuldades econômicas enfrentadas pela diocese, o mesmo foi de relativa harmonia. No período, as relações com as famílias influentes de Goiás foram restauradas, devido tanto à nova conjuntura política do estado, sobretudo com o declínio político do grupo bulhônico²¹ – que muito combateu a reforma ultramontana materializada nas ações de D. Eduardo –, quanto pelas características “moderadas” de Dom Prudêncio e suas alianças com políticos católicos do estado.

Com o falecimento de Dom Prudêncio, é nomeado bispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira²², membro da congregação salesiana desde 1890. Vaz (1997, p. 190-5) oferece um pequeno histórico de sua vida que ajuda a compreender algumas de suas decisões durante o bispado. O historiador argumenta que por meio do tio e padrinho de Emanuel, Quintiliano José do Amaral (vigário de Santo Antonio e cônego da capela imperial), este e seu irmão Helvécio foram matriculados no Colégio Santa Rosa, em Niterói. O investimento na vida eclesiástica acabou por tirá-los de uma vida que se preanunciava árdua e com pouca possibilidade de ascensão social devido ao falecimento do pai e à pobreza da viúva mãe.

Emanuel ordenou-se em 1901, atuando depois como missionário, educador e mediador político. De 1903 a 1911 permaneceu em Mato Grosso onde desenvolveu trabalhos missionários e também foi diretor do Liceu Salesiano de São Gonçalo, em Cuiabá. Em São Paulo, foi indicado diretor do Liceu Salesiano de Campinas. Graças à sua capacidade diplomática foi convidado para retornar a Mato Grosso, desta vez como diretor geral das secretarias do estado, auxiliar direto de Dom Aquino Corrêa, feito Presidente de Mato Grosso a fim de apaziguar conflitos políticos. Em 1922, ocupou o cargo de diretor da casa primacial salesiana em Niterói e em 27 de outubro do mesmo ano foi indicado bispo de Goiás. Vaz (1997) complementa que o fato de Dom Emanuel pertencer à uma congregação de grande prestígio permitiu o desenvolvimento da Igreja como um todo, graças também às vantagens obtidas pelas alianças políticas com a elite governante em Goiás. Enfim, o novo bispo possuía um histórico bem diverso daquele de seus antecessores, e isso terá importantes consequências nas relações com os outros religiosos do estado, como se verá adiante.

AS PRIMEIRAS DÉCADAS DOS REDENTORISTAS EM GOIÁS

As primeiras três décadas de permanência da Congregação do Santíssimo Redentor em Goiás são narradas no *Santuário da Trindade*, em 13 de dezembro de 1924. O artigo intitula-se “Trinta annos” e é importante na medida em que ajuda a perceber a situação econômica, social e religiosa do estado durante esse longo período, e também porque fornece uma ideia de como estes religiosos avaliaram a própria atuação no projeto de crescimento missionário, dentre outros, em Goiás. A matéria, assinada pelo Pe. João Batista Kiermaier (à época residente em São Paulo), trazia a foto da Figura 1 ao centro da página.

Na matéria, é anunciado que o número de membros redentoristas em Goiás havia aumentado desde a chegada, em 1894, passando de 4 para 6 padres e de 4 para 8 irmãos²³. A matéria enaltece, e não pouco, o trabalho material e espiritual dos missionários. Destaca que haviam conseguido educar o povo e reportar diversas melhorias para Campinas, a exemplo da transformação das terras para o plantio, da instalação da turbina d’água e de um telefone, do fornecimento de luz elétrica, do florescimento da cidade com uma grande igreja e um colégio conceituado, além da construção de novas capelas nas paróquias de Goiabeiras, Lages e Ribeirão.

Em relação a Trindade²⁴, o texto reivindica que esta cidade muito devia aos missionários redentoristas e isso deveria ser reconhecido. Afinal, várias tinham sido as ações ali: a construção da mais vasta e espaçosa igreja do estado com belos paramentos, novas imagens, grande *harmonium*, relógio de torre e iluminação elétrica, a ligação de Trindade e Campinas por uma rede telefônica e a fundação do jornal *Santuário da Trindade*, a fim de tornar a festa mais conhecida. O texto exalta que os redentoristas forneciam grande ajuda aos romeiros, e naquele ano até haviam comprado um cinema ao ar livre que deveria funcionar nos dias da festa, na tentativa de torná-la ainda mais “solemne



e atraente”²⁵. Alguns membros da Congregação davam também auxílio nas visitas pastorais, antes com Dom Prudêncio e depois com Dom Emanuel.

Também outras paróquias lhes foram confiadas e por longo tempo cuidaram de vastíssima área, visitando até 4 vezes por ano todas as paróquias. Em relação às missões, fim principal da Congregação Redentorista, a folha anuncia que começaram em 1898 e nunca pararam. Após a Semana Santa, dois padres saíam e voltavam somente em fins de outubro ou início de novembro e, de 4 em 4 anos, todas as paróquias, até as mais longínquas, recebiam as missões, do Sul do estado até as divisas da diocese de Porto Nacional. A matéria descreve que as missões eram fadigas, mas essenciais, pois

reformam os costumes, reanimam o espírito religioso, conforta o povo na resistência contra os ataques do protestantismo e espiritismo, dão a tantas pessoas que moram longe da igreja, a ocasião de em seus bairros ouvirem a palavra de Deus e receberem os Sacramentos (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 88, p. 2).

É importante salientar que, muitas vezes, era somente por meio das missões e desobrigas que algumas comunidades mais longínquas e abandonadas tinham acesso aos sacramentos religiosos. Nesse sentido, o grande mérito dos missionários na propagação da fé católica e na luta contra a disseminação das doutrinas dos “inimigos da Igreja”. Com efeito, o bispo Dom Emanuel, em carta ao Pe. Conrado Kohlmann, enaltece o trabalho das missões e lamenta-se pela falta de saúde “para os labores apostólicos” dos redentoristas em 1930, dificultando os necessários trabalhos missionários. O bispo deixa claro que

Estando como nunca assediados pelas malélicas influências do protestantismo, espiritismo e maçonismo, nos centros populosos e nas roças!...As santas Missões pregadas de tempo em tempo, será a nossa salvação. Deus permita possamos doravante conseguí-las mais regulares, com o infalível método de sua benemérita C.S.S.R. (COPRESP, v. X, 1928-1930, p. 628. Carta de D. Emanuel Gomes de Oliveira ao Pe. Conrado Maria Kohlmann).

Finalizando a matéria, a folha aclama que “fica provada” a grande importância das congregações religiosas como um elemento de progresso²⁶ e “bençam para os lugares onde se estabelecem”. Anuncia que Dom Eduardo se sentiu satisfeito por ter trazido religiosos para Campinas, D. Prudêncio manifestara com afeto a gratidão pelos auxílios dos padres redentoristas e D. Emanuel sempre demonstrara estima e confiança, renovando o acordo firmado pelos antecessores a fim de se desenvolver mais ainda os trabalhos. O texto finaliza com o seguinte trecho

certamente todos os amigos da Religião são unânimes no desejo de que os trinta annos de lutas e trabalhos que os Redemptoristas acabam de passar em Goyas sejam seguidos de mais annos muitissimos de trabalho abençoados e fructuosos (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 88, p. 2).

Ressalta-se, porém, em contraposição ao anunciado no final da matéria, que as relações entre os redentoristas de Campinas e o bispo Dom Emanuel não foram, seguramente, as mais harmoniosas. Na “Apresentação” das *Ânuas*²⁷ referente aos anos de 1919-1931, editada em 1993 (com assinatura ilegível), consta um parágrafo no qual percebe-se a complicada convivência entre os missionários e o bispo diocesano. O redator lamenta pela “escolha de um professor de colégio, para suceder o apostólico vigário de Ponte Nova, elevado a bispo de Goiás, D. Prudêncio”. Concorde, entretanto, que D. Emanuel devia ser reconhecido pelos investimentos na educação, mas, por outro lado, lamenta o fato de este ter criado “tantas dificuldades com os missionários por causa do cofre de Trindade e [que fora] tão difícil o acerto do contrato de 1924.” Acrescenta ainda que após a boa experiência com D. Prudêncio “foi difícil conviver com um prelado que não tinha a mesma abertura e confiança...” (ÂNUAS, 1919-1931, p. 4).

Sobre os diferentes “estilos de governar” dos bispos Dom Prudêncio e Dom Emanuel, Vaz (1997) comenta que enquanto o primeiro, de origem humilde, mostrou-se flexível e contemplativo ao lidar



com a delicada situação política do estado à época, o segundo, salesiano – ordem prestigiada e em expansão no Brasil –, com “larga experiência administrativa e calejado por situações de confrontos diversos” (p. 210), não deixou-se intimidar por ameaças. E isso fica patente durante o processo da renovação do contrato.

A renovação do acordo ocorreu em 5 de dezembro de 1924, mas a assinatura definitiva do contrato deu-se somente em 5 de maio de 1925. Sobre esse assunto, um texto presente nas *Ânuas* (1919-1931, p. 210-1) traz um desabafo pleno de consternação de seu cronista, que, imagina-se, espelhasse também os sentimentos de todos os redentoristas envolvidos. Narra que Dom Emanuel, que até então vinha demonstrando “provas aparentemente sinceras de real amizade”, envia do Rio de Janeiro um “bilhete escrito em forma glacial”, causando admiração e surpresa a todos. Na íntegra

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1924.

Revmo. Vigário de Campinas.

Comunico-vos que em data de 28 de maio pp. determinei ao Revmo. Sr. Vigário Geral da nossa Diocese de Goiás que por ocasião das próximas festas em Barro Preto procedesse a tomada de contas do movimento religioso e financeiro do nosso Santuário Episcopal de Trindade da Paróquia de Campinas.

D. V. Revma.

Servo em Jesus Cristo

D. Manuel, Bispo de Goiás.

O cronista dá a entender que este bilhete caiu como um raio em céu aberto para os “desavisados” membros redentoristas. Contudo, para elucidar as motivações de Dom Emanuel em tirar das mãos redentoristas, após longos 30 anos de administração, o controle do cofre do Santuário de Trindade é necessário, primeiramente, retroceder à época de Dom Prudêncio. Sobre esse assunto, Vaz (1997, p. 203) oferece um histórico importante. Segundo esse autor, ao tomar posse, D. Emanuel vem a saber que seu antecessor havia deixado a diocese em dívida avultada, de cerca de 75:600\$000 (setenta e cinco contos e seiscentos mil réis). No período de 1909 a 1918 a contribuição do Santuário de Trindade à diocese fora de modestos 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis). Esta pequena quantia havia sido fixada por contrato em 1894, entre Dom Eduardo e o superior redentorista e era destinada à manutenção de alguns seminaristas pobres.

Assim, anos depois, as enormes e crescentes dificuldades financeiras obrigaram Dom Prudêncio a contrair diversos empréstimos em dinheiro de ordens religiosas e de particulares, pagando juros anuais que variavam de 3 a 6%. Com o intuito de regular as contas e sair dessa situação de penúria, Dom Prudêncio propôs aos redentoristas, em 1919, um novo contrato no qual estes se comprometiam a levar aos cofres da diocese a soma de 12 contos anuais (VAZ, 1997, p. 207). Entretanto, mesmo com essas novas entradas de capital, a situação continuou lastimável.

Intencionando resolver de uma vez por todas a situação econômica da diocese, Dom Emanuel “impõe” aos redentoristas uma nova revisão do contrato. O bispo vislumbrava no cofre de Trindade uma renda “estável”, capaz de suprir tanto as exigências de pagamento das dívidas deixadas por seu antecessor, quanto um meio de colocar em ação seu plano de desenvolvimento na diocese. A “proposta” gerou um grave embate entre as partes, sendo necessárias as intervenções do núncio apostólico e do Cardeal Dom Sebastião Leme para que se chegasse a um acordo²⁸.

A história foi resolvida após mais de um ano de discussões, pressões, acordos, desacordos e concessões mútuas: “o bispo concedeu os vinte por cento brutos [a proposta do bispo havia sido de 10%] e os redentoristas aceitaram o prazo de vigência de dez anos [do contrato]” (VAZ, 1977, p. 221-2). Assim, para que se chegasse a este acordo, muitas cartas foram escritas, várias ameaças foram feitas e diversos ressentimentos foram alimentados. E a congregação redentorista, que antes administrava quase a totalidade dos recursos econômicos vindos do Santuário de Trindade, teve que contentar-se com 20% das arrecadações, mais um salário anual no valor de 12:000\$000 (doze contos de réis) a ser dividido entre os seis padres administradores do Santuário.

Por meio deste episódio é possível perceber que a Congregação do Santíssimo Redentor viveu, à época, um momento de grande instabilidade e tensões, no qual foi cogitado até mesmo o abandono



da diocese. Esses religiosos vieram a Goiás para, dentre outros motivos, administrarem a romaria de Trindade e, após longos anos de relativa harmonia, acabaram sentindo o peso forte da mão do novo bispo Dom Emanuel na luta pelo controle do cofre da romaria, evidenciando uma clara mudança no contexto religioso goiano.

É possível observar que após a assinatura do novo contrato que determinou que os redentoristas permaneceriam na administração do Santuário de Trindade mas não dispunham do total de suas arrecadações, os relatórios anuais passaram a ter uma tônica mais contundente em relação a determinados assuntos. Sobre a arrecadação da romaria do Divino Padre Eterno, por exemplo, anunciam que em 1928 “as entradas de dinheiro para o Bispo constituíram um recorde” (ÂNUAS, 1919-1931, p. 421), insinuando que o dinheiro era destinado ao bispo em pessoa; ou desferindo críticas a Dom Emanuel, anunciando que ele “infelizmente *nunca* se ocupa das causas espirituais da diocese de maneira que nunca se chegou a um ajuste quanto as missões e trabalhos apostólicos” (ÂNUAS, 1919-1931, p. 266, grifo da autora); ou, em 1925, em vez de proceder com as visitas pastorais pela diocese, o bispo percorria as cidades “em passeio, mais ou menos”, dentre outras situações.

Os relatórios da Casa de Campinas presentes nas Ânuas oferecem vários exemplos do ressentimento geral dos redentoristas após os episódios relativos ao novo contrato, mas basta um último comentário para deixar patente o anunciado. Após narrar que os “revoltosos” haviam cometido roubos e causado destruição em Trindade, esclarece que Campinas fora poupada graças à proteção de Nossa Senhora da Conceição. E mais, em relação à epidemia de varíola ocorrida em 1926, diz que esta

... fizera sua entrada no Estado e na nossa paróquia começou com a Trindade. Nessa vila muitas dezenas de pessoas foram atacadas pelo mal e também muitas levadas pela morte. A localidade parecia um hospital. Cessou o movimento de romeiros, os moradores do lugar em grande número o abandonaram, a miséria e pobreza se apoderaram de Trindade. Por falta absoluta de higiene e cuidados, não havendo separação, nem isolamento, nem desinfecção, nem médico e remédios, o mal tomou grandes proporções e até agora não pôde ser debelado... E novamente por uma proteção especial do céu, Campinas não foi atingida pelo mal, parecendo evidente que Deus patenteava mais uma vez em Trindade a verdade da frase escripturística: “Nole tangere christus meos” (ÂNUAS, 1919-1931, p. 328-9).

A tradução da frase latina é: “Não tocareis em *meus* ungidos”. Esta longa citação, além de contar as lamentáveis situações vividas por Trindade em ocasião da grave epidemia, permite uma leitura nas entrelinhas: nos dois episódios (passagem dos “revoltosos” de São Paulo e contágio da varíola) o cronista comparou deliberadamente as consequências sobre Campinas – cidade que reconhece e admira o trabalho dos padres redentoristas – onde os episódios tiveram somente poucos efeitos indiretos, e Trindade – que voltou as costas a eles, com menosprezo e humilhação – onde houve mortes, destruição, pobreza e abandono, num cenário quase apocalíptico. Essas considerações espelham o estado de espírito dos missionários no período e as grandes hostilidades e humilhações sofridas em Trindade – durante e após o novo acordo –, as dificuldades econômicas decorrentes do novo contrato e a sempre crescente carga de trabalho religioso junto às comunidades elucidam as complexas situações a que estavam sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em âmbito mais geral, conclui-se que as novas realidades no Brasil, forjadas pela instituição da laicidade do Estado – assinalando a perda da hegemonia católica – e pelo fim do padroado régio (ou regalismo), com as mudanças derivadas desse fato, levaram a Igreja Católica a ter que justificar sua existência e importância na sociedade. Assim, na defesa de seu espaço perante as outras denominações religiosas ela precisou reavaliar seus discursos, métodos e práticas e, para isso, passou a investir em “instrumentos” que garantissem uma maior visibilidade e presença. E é nesse sentido que a vinda de ordens religiosas estrangeiras e os jornais católicos configuraram-se como recursos importantes.

Em Goiás especificamente, os diversos episódios aqui narrados evidenciam que a presença da Congregação do Santíssimo Redentor não fora de modo algum um mar de rosas, sobretudo no



período da “renovação do contrato”, em 1924. Diversas vezes os missionários tiveram que suportar agruras extras e não somente aquelas relacionadas ao trabalho religioso, já por si só difícil naquele contexto. A realidade desses missionários esteve diretamente relacionada às conjunturas apresentadas por cada religioso que ocupou o cargo de bispo diocesano. Os missionários buscavam o *quieto vivere*, embora lançassem algumas pequenas “alfinetadas” à figura de um ou outro personagem ou mesmo de uma inteira cidade, como se viu no caso de Trindade. E, se algum desabafo fora possível nos relatórios internos e “confidenciais”, no jornal *Santuário da Trindade*, ao contrário, os redatores procuraram demonstrar mais comedimento e prudência, sobretudo no que diz respeito à figura de Dom Emanuel, com quem tiveram relações mais intrincadas. Como missionários, os redentoristas procuraram cumprir seu papel de evangelizadores, levando os ensinamentos cristãos e os sacramentos a todo o estado, até aos lugares mais longínquos e, por meio do jornal por eles fundado, intentaram combater os “inimigos da Igreja” e propagar as “coisas da religião”.

Notas

- 1 De acordo com Giumbelli (2008, p. 84), o princípio da “liberdade religiosa” garantida pela Constituição de 1891 acabou gerando discussões relacionadas ao estatuto de “religião”, sobretudo em relação aos chamados “cultos mediúnicos”. Essa afirmativa pode ser ilustrada pela criminalização das práticas do espiritismo e do curandeirismo pelo Código Penal de 1890, em seu capítulo III: “dos crimes contra a saúde pública. Art. 157: Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de molestias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública. Penas – de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000”.
- 2 Eduardo Duarte Silva nasceu em Santa Catarina, dia 27 de janeiro de 1852. Foi alfabetizado aos 5 anos em escola particular, estudou nos colégios da Congregação da Missão e Santíssimo Salvador. Em 1867, transferiu-se ao Rio de Janeiro indo estudar no Seminário São José; em 1868 (com 15 anos) dirigiu-se para o colégio Pio Latino americano, em Roma. Já padre, em 1875, formou-se em teologia. Retornando ao Brasil, recebeu o cargo de coadjutor da paróquia de Nossa Senhora do Desterro (sua cidade natal). Em 1878 transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro, onde recebeu, no ano seguinte, a nomeação de cônego da capela imperial e catedral do RJ. Em 27 de janeiro de 1891 foi nomeado bispo de Goiás (SILVA, 2007).
- 3 Vaz (1997), valendo-se de textos do Cônego Trindade, ressalta, entretanto, que nas primeiras décadas do século XIX, a situação era diversa. Vários fatores externos teriam contribuído ao aumento das vocações como o fato de o Estado custear muitos padres, o cargo abrir as “portas para os cargos públicos” e, também, trazer certa “superioridade e prestígio social”. Contribuem também os baixos critérios de formação, exigidos no período. Para se ter uma ideia, no bispado de Dom Francisco (1834 a 1854) foram ordenados 142 padres, embora muitos não tenham ficado em Goiás.
- 4 A Congregação do Santíssimo Redentor foi fundada em 1732 por Santo Afonso Maria de Ligório e outros cinco companheiros no Reino de Nápoles – Itália. A missão da Congregação é assistir às comunidades pobres e abandonadas. Para o portal redentorista na internet, consultar: <<http://www.redentorista.com.br/>> acesso dia 02-06-2014. Segundo dados reportados pelo jornal *Santuário da Trindade*, a Congregação possuía, em 1928, 310 casas divididas em 21 províncias, somando 5232 membros entre sacerdotes, clérigos, noviços clérigos e leigos, e irmãos (SANTUARIO DA TRINDADE, 1928, n. 274, p. 4).
- 5 De acordo com Reinato (2010), Trindade fora parte do território de Campinas até 1920 – data da criação de seu município – e elevada a cidade apenas no ano de 1927. Sobre o Santuário religioso, assinala que este teve sua inauguração em 1912 sob a coordenação do missionário e vigário redentorista Antão Jorge.
- 6 Para maiores detalhes sobre as versões da origem de Barro Preto, consultar a dissertação de Santos (1976).
- 7 O jornal *Santuário da Trindade* foi lançado pelos membros da Congregação do Santíssimo Redentor e circulou de 1922 a 1931, sendo à época o único jornal religioso de Goiás.
- 8 A linguagem das matérias dos jornais corresponde ao original da época.
- 9 A seguinte citação oferece uma ideia do afluxo e da grande mobilização das pessoas para esta romaria: “em 1924, houve mais de mil carros de bois na romaria de Trindade. Cada um levava de seis a dez pessoas de até 100 léguas de distância (aproximadamente 400 quilômetros) de suas casas” (DEUS; SILVA, 2002, p. 53).
- 10 Ao contrário do que se poderia supor, as arrecadações da romaria de Trindade não eram destinadas à diocese mas permaneceram quase que inteiramente aos seus administradores: os redentoristas de Campinas. Esta situação gerou grandes conflitos entre os missionários e o bispo Dom Emanuel após 1924, como se verá mais adiante.



- 11 Em Barro Preto, no período de 1878 a 1890 – longos 13 anos – não há registros de atuação de sacerdotes. Possivelmente, isso ocorreu devido a vacância de vigários na Paróquia de Campinas, onde também não há registros nos livros paroquiais (SANTOS, 1976, p. 88).
- 12 De acordo com Santos (1976, p. 92), D. Eduardo, em 1891, nomeou Mons. Ignácio Francisco de Souza como diretor eclesiástico para a festa de Trindade. Este, porém, após sofrer fortes perseguições e ameaças por parte das pessoas que controlavam a romaria, pediu ao bispo que solicitasse uma congregação religiosa para cuidar do Santuário de Trindade, visto que já não mais se sentia seguro para desempenhar tal função.
- 13 O projeto seguido por D. Eduardo havia sido anunciado na 1ª Reunião do Episcopado Brasileiro, ocorrida em São Paulo em 1890, na qual ficou decidido: “retirar definitivamente das irmandades leigas a administração financeira dos santuários e confiá-la a institutos religiosos europeus, a serem chamados especificamente para esse fim” e “confiar totalmente a sacerdotes a direção espiritual desses devocionais de maneira a torná-los ‘centros de verdadeira fé católica’” (GAETA, 1997, s/p).
- 14 Uma peculiar conjuntura histórica incentivou a vinda desses religiosos para o Brasil: o ministério redentorista estava entravado pelo governo da Alemanha que o confundia com o da Companhia de Jesus, que, na época, vinha sofrendo ataques diretos (SANTOS, 1976, p. 92). Vale mencionar que os redentoristas alemães não foram os primeiros a virem para o Brasil, de acordo com Câmara Neto (2006, pp. 170-1), em 1893, dois padres redentoristas holandeses haviam se transferido para Mariana, Minas Gerais.
- 15 Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. I (1817-1896), p. 43. Carta do Cons. P. Carlos Dilgskron ao P. Prov. Antônio Schoepf.
- 16 Sobre Pe. Gebardo Wiggermann, Gomes Filho (2011) faz uma interessante observação: em diversas ocasiões, observadas por meio de suas cartas e relatórios, o mesmo demonstrava certa maleabilidade em relação aos costumes e religiosidades tradicionais da população, contrariando, em certa medida, os princípios da reforma ultramontana.
- 17 Estranhamente a obra de Pe. Lorena (2004) não menciona esse missionário.
- 18 Acredita-se que Dom Eduardo à época tenha sido generoso em suas considerações, tanto no que diz respeito à aproximação da comunidade a esses sacramentos, quanto ao abandono das práticas tradicionais populares. Prova disso são algumas Cartas Pastorais posteriores que condenavam a exteriorização da religiosidade e ditavam regras para as festividades. Já na década de 1920, vários artigos do jornal *Santuário da Trindade* oferecem indícios dessa tradição ainda bastante arraigada. Sem contar que o pagamento de promessas na forma de ex-votos é prática ainda corriqueira na atualidade.
- 19 Santos (1976, p. 158, nota 41), valendo-se de texto do padre redentorista Nestor Souza, oferece informações sobre a afluência nas festas de Trindade e Campininhas no período do interdito: Campinas em 1901 contou com a presença de muitos forasteiros, porém com somente 400 confissões e 100 crismas, em 1902 com somente cerca de 200 pessoas e não houve concorrência de forasteiros. Em Trindade, no mesmo ano, compareceram mais de 2000 pessoas.
- 20 Atritos entre comunidades leigas e autoridades eclesiais pelo controle dos santuários não foi um caso restrito a Goiás. Gaeta (1997, s/p) cita que nos santuários de Bom Jesus da Lapa (BA), Jardinópolis (SP), Alto Paraguai (MT) entre outros, tal situação também se verificou. Em Jardinópolis, assim como em Goiás, chegou-se a comemorar em dois lugares simultaneamente: na matriz e na capela do santo. Este fato teria gerado ameaças de excomunhão a quem participasse da “festa leiga”.
- 21 Vaz (1997, p. 171) narra que “embora Leopoldo de Bulhões tivesse permanecido senador até 1918, a oligarquia bulhônica estava definitivamente derrotada pelas mãos de Hermes da Fonseca” (Presidente da República de 1910 a 1914).
- 22 Toda a bibliografia consultada para este trabalho, como também no site da Arquidiocese de Goiânia e naquele da ordem salesiana (a qual pertencia) e, mesmo nas ruas e praças que levam seu nome, o bispo é citado como “Dom Emanuel”, porém, curiosamente, o jornal *Santuário da Trindade* refere-se ao bispo como “Dom Manuel” ou “Dom Emmanuel”, restando a dúvida do porque dessa discrepância na grafia.
- 23 Esse aumento de pessoal talvez ressalte uma atenção da Vice-Província em relação à Casa de Campinas mas exalta, seguramente, o crescimento do trabalho, tanto missionário quanto prático/organizacional. Nos relatórios anuais, por exemplo, são constantes as reclamações referentes ao escasso número de religiosos para as missões, devido à extensa dimensão da diocese, mas também às várias atividades da Congregação.
- 24 Nas Ânuas da Casa de Campinas, várias passagens dão a entender que os redentoristas não eram bem-quistos pelo povo de Trindade. Como exemplos, os escárnios dirigidos aos redentoristas quando da renovação do contrato (discutido logo abaixo) e também o lançamento em 23 de novembro de 1924 do jornal trindadense *O Phanal*, em oposição ao *Santuário da Trindade*. Naquele, publicou-se um “protesto do povo de Trindade,



- assinado por seu ‘chefão’”, contra a matéria referente à comemoração aos 30 anos dos redentoristas em Goiás. Esse dissabor era “pela grande aspiração dos trindadenses – ter em mãos a administração ou antes os rendimentos do cofre do Padre Eterno...”, anuncia o relatório de 1925 (ÂNUAS, 1919-1931, p. 270).
- 25 Quadros (2013, p. 16) narra que a “linguagem cinematográfica” foi inicialmente percebida com certa reserva pelo clero goiano e somente após a década de 1940, com a popularização das salas de transmissão, a “igreja passou a utilizar-se delas para proclamar, de algum modo, sua mensagem”. Assinala ainda as ambiguidades desse processo histórico no caso goiano, dentre outros, pelo fato de que enquanto variados costumes “modernos” estavam sendo condenados pela cúria romana na Europa, aqui em Goiás, “o clero acabou sendo um agente da modernidade” (QUADROS, 2013, p. 24).
- 26 Sobre o discurso redentorista em relação a “progresso” e “atraso”, consultar o artigo de Gomes Filho (2013).
- 27 Essas cartas/relatórios eram enviadas anualmente pelos superiores da vice-província ao governo provincial na Alemanha. As Ânuas começaram a ser traduzidas em 1991 e datilografadas a partir do ano seguinte.
- 28 As discussões foram tão graves que os membros redentoristas ameaçaram abandonar o estado, caso não viessem acatadas algumas reivindicações no novo contrato. D. Emanuel, por sua vez, escreveu diretamente ao Papa Pio XI solicitando que os lucros da romaria “fossem utilizados exclusivamente na manutenção do Seminário [Santa Cruz], das igrejas e na formação de um patrimônio” (VAZ, 1997, p. 214).

Referências

ÂNUAS da Vice-Província de São Paulo, v. II, (1919-1931)

CORRESPONDÊNCIA da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. I (1817-1896).

CORRESPONDÊNCIA da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. X (1928-1930).

CÂMARA NETO, Isnard. *A Ação Romanizadora e a Luta Pelo Cofre: D. Epaminondas, primeiro bispo de Taubaté (1909-1935)*. Tese de doutoramento – Universidade de São Paulo, 2006.

DEUS, Maria. “Normatização do Santuário do Divino Pai Eterno”. *História Revista*, Goiânia. v. 6 n. 2, pp. 161-178 – jul/dez, 2001. Disponível em:

<<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/10537/7007>>. Acesso em: 10-12-2013.

DEUS, Maria & SILVA, Mônica. *História das festas e religiosidades em Goiás*. Goiânia: AGEPEL/UEG, 2002. (Coleção Histórias de Goiás).

GAETA, Maria. A Cultura clerical e a folia popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. vol. 17 n. 34, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-01881997000200010>. Acesso em: 10-09-2014.

GIUMBELLI, Emerson. “A Presença do Religioso no Espaço Público: modalidades no Brasil”. *SciELO - Religião e Sociedade*. v. 28 n.2, Rio de Janeiro, jan, 2008.. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872008000200005>. Acesso em: 11-09-2014.

GOMES FILHO, Robson. “Do Santuário de Trindade ao Jornal ‘Santuário da Trindade’: reflexões sobre as mudanças de posicionamento religioso dos primeiros Redentoristas alemães em Goiás”. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte. v. 9 n. 23 – out/dez, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/2318>>. Acesso em: 01-08-2014.

GOMES FILHO, Robson. “O discurso redentorista acerca do ‘progresso’ e ‘atraso’ na imprensa escrita em Goiás (1922-1927)”. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA – TEORIA DA HISTÓRIA E HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: DIÁLOGOS BRASIL-ALEMANHA. 7º, 2013, Mariana, Minas Gerais. (Anais) Ouro Preto: EDUFOP, 2013, pp. 1-11. Disponível em: <<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/7snhh/7-snhh/anais/#modal-11>>. Acesso em: 13-08-2014.

LORENA, Isac. *Aqueles que nos precederam, falecidos da província de São Paulo*. Edição PDF atualizada por Fl. Castro. Aparecida, São Paulo, 2004.

PORTAL REDENTORISTA: <<http://www.redentorista.com.br/>> acesso dia 02-06-2014.



QUADROS, Eduardo. “Conversão com diversão? Ou como o catolicismo fez as pazes com o cinema durante a Primeira República em Goiás”. *Revista História da UEG*. v.2 n.1. pp.15-28. jan./jul. 2013. Disponível em:

<<http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revistahistoria/article/view/1548/952>>. Acesso em: 15-12-2014.

REINATO, Eduardo. “Imaginário religioso nos ex-votos e nos vitrais da Basílica de Trindade – GO”. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*. v. 7. n. 3. ano VII. pp. 1-21. set/out/nov/dez. 2010. Disponível em:

<http://www.revistafenix.pro.br/PDF24/Artigo_02_Eduardo_Jose_Reinato.pdf>. Acesso em: 15-03-2014.

SANTOS, Leila. *Ultramontanismo e catolicismo popular em Goiás de 1865 a 1907 à luz da sociologia da religião*. Tese (doutorado em sociologia). Universidade de Brasília - UnB. Brasília, 2006.

SANTOS, Miguel. N. *Trindade de Goiás – Uma Cidade Santuário: conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1976.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Constantino Xavier Maria*. Campininhas das Flores (GO), ano 3, n. 65, p. 2. Goiás, 01/07/1924.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Trinta annos*. Campininhas das Flores (GO), ano 3, n. 88, p. 2. Goiás, 13/12/1924.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Dados estatísticos*. Campininhas das Flores (GO), ano 7, n. 274, p. 4. Goiás, 06/10/1928.

SILVA, Eduardo. *Passagens: autobiografia de Dom Eduardo Silva, bispo de Goiás*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2007.

SILVA, Maria. *Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920*. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

SILVA, Mônica. *A Festa do Divino. Romanização, Patrimônio & Tradição em Pirenópolis (1890-1988)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000. (CAP. II, pp. 68-139).

VAZ, Ronaldo. *Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

